

Resolução da Mesa Nacional do Bloco de Esquerda

Oposição total ao governo regressivo da direita

As eleições de 10 de março de 2024 deram uma vitória curta à coligação PSD-CDS, que foi chamada pelo Presidente da República a formar governo. O Programa do Governo, cheio de promessas vagas e pouco transparentes, assume o caderno de encargos dos mais ricos e poderosos.

O Programa do Governo é um ataque ao trabalho, à segurança social, à saúde, à educação e à habitação porque quer ser um festim para os grandes patrões, para o lóbi do negócio privado da saúde, para o setor financeiro e para os especuladores imobiliários. Perante a crise do custo de vida, com três em cada quatro famílias a não conseguir fazer face às suas despesas, o Governo coloca-se do lado de quem tem beneficiado da crise.

A direita quer promover o recuo em direitos laborais recentemente conquistados e colocar em xeque normas imperativas do direito do trabalho, como é o caso dos mecanismos de mobilidade, dos períodos experimentais, do tempo de trabalho e de aspectos relativos à extinção dos vínculos. O aumento do salário mínimo é condicionado à evolução da inflação e da produtividade, consolidando a posição de Portugal na cauda da Europa a nível salarial. No melhor cenário, em 2028 ainda será inferior ao que é hoje praticado no Estado espanhol. Em vez da valorização salarial, o governo PSD/CDS pretende instituir mecanismos de isenção de tributação de prémios de produtividade, através dos quais as empresas pouparão em impostos e descontos, enquanto os trabalhadores perderão em pensões futuras.

O Governo procura sinalizar fidelidade à sua clientela mais poderosa, os acionistas das grandes empresas, às quais pretende oferecer uma redução da tributação, numa borla de milhares de milhões de euros à banca, às empresas da grande distribuição e da energia. A esta borla, soma-se uma série de benefícios fiscais para o imobiliário e para multinacionais. Todas estas facilidades fiscais ao capital - como é ainda o caso da eliminação da derrama - serão suportadas pelos contribuintes trabalhadores, cujos impostos terão de compensar o fim daquela receita dos municípios.

Também quanto à demolição do Estado social, o programa do governo faz jus às promessas da direita na campanha eleitoral. A única política de saúde que apresenta é a privatização - saúde oral com unidades privadas, convenção com privados para consultas, privatização dos cuidados de saúde primários com a constituição de USF-C e abertura de sistemas locais de saúde a privados - e nunca o reforço do SNS nem a efetiva valorização dos seus profissionais. Na Educação, a despesa pública continua muito longe dos 6% do PIB e Montenegro não assume um investimento na Escola Pública que resolva o problema da falta de professores e melhore a qualidade da Educação. A maioria dos profissionais da Administração Pública - educação, saúde, forças de segurança, funcionários judiciais e não só - não encontram nenhum

compromisso claro, objetivo e imediato com a melhoria dos seus salários, a criação de suplementos ou a melhoria das suas carreiras.

Quanto à crise da habitação, a direita limita-se, como se previa, a promover os interesses dos especuladores e dos grandes proprietários prevendo apenas benefícios fiscais para construtores, parcerias público-privadas e o fim da limitação do Alojamento Local. Em vez de medidas para baixar os preços das casas, apenas prevê a facilitação de despejos, a adicional desregulação das rendas e uma garantia pública ao endividamento para compra de casa.

O Programa de Governo reflete ainda diversas outras opções erradas e destrutivas que constituem o eixo programático da direita portuguesa há muitos anos. Abre caminho à privatização parcial da Segurança Social, através de fundos de capitalização privados. Agrava as desigualdades no acesso à Justiça. Promove a criminalização da imigração e o trabalho clandestino. Recusa uma transformação ecológica da economia e do território que responda à crise climática, recusando uma transição energética e mantendo o privilégio fóssil, ao mesmo tempo que insiste num modelo de agricultura incompatível com a sustentabilidade do território e dos recursos hídricos.

Com a apresentação de uma moção de rejeição do programa do governo, o Bloco de Esquerda sinaliza que será a mais frontal oposição ao governo da direita, ao mesmo tempo que será a força determinada pela convergência unitária da oposição e do movimento popular contra os retrocessos que o governo da direita pretende impor.

É nesse quadro que, nas próximas duas semanas, o Bloco de Esquerda apela à participação nas mobilizações populares de comemoração do cinquentenário do 25 de abril e do 1 de maio.